



DOI: <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v15n2.1217>

Ecofilosofia: bem viver na casa comum Ecophilosophy: well living in our common home

Andrei Thomaz Oss-Emer

Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas.

E-mail: andrei.thomazoss@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-4710-3602>

Resumo

O presente artigo apresenta nossa proposta de uma ecofilosofia a partir do conceito de bem viver, apontando, desde o diálogo com o sul global, caminhos de participação social para a garantia da felicidade pública e, conseqüentemente, que assinala perspectivas para uma gestão participativa dos bens comuns. A realização da justiça e resolução das injustiças, causas e conseqüências de muitas formas de mal viver é um dos objetivos finais desta argumentação, em diálogo com a Ideia de Justiça de Sen, além do apontamento de outros autores significativos para a teoria do valor da vida no contexto das teorias da escolha social. Apontar caminhos para reconhecer que este mundo em comum é nossa casa, também é o horizonte desta ecofilosofia, como modo de realização de novas economias para o bem viver, onde “não haja necessitados”, sequer “super-ricos”.

Palavras-Chave: Ecofilosofia. Bem Viver. Casa Comum. Ética. Economia Civil.

Abstract

This article presents our proposal for an ecophilosophy based on the concept of good living, pointing out, through dialogue with the global south, ways of social participation to guarantee public happiness and, consequently, that points out perspectives for a participatory management of common goods. The realization of justice and resolution of injustices, causes and consequences of many forms of bad living is one of the ultimate goals of this argument, in dialogue with Sen's Idea of Justice, in addition to the indication of other significant authors for the theory of the value of life in the context of theories of social choice. Pointing out ways to recognize that this common world is our home is also the horizon of this ecophilosophy, as a way of realizing new economies for good living, where there are “no needy people” or even “super-rich”.

Keywords: Ecophilosophy. Good Living. Common Home. Ethics. Civil Economy.

Datas:

Recebido: 26/09/2024

Aprovado: 05/11/2024

Publicado: 03/12/2024

Um cuidado dos comuns desde o sul global

Esta proposta de ecofilosofia¹ apresenta alguns fundamentos do pensamento econômico, ético e filosófico acerca do que cremos ser um pacífico e coletivo modo de *bem viver* para a concretização da justiça agroecológica no *oikos*. Parte-se dos princípios da hospitalidade e da convivialidade nesta grande *casa comum*, o lar de todos os seres vivos, na qual a espécie humana é responsável, por sua capacidade propositiva a exercer a *custódia*, portanto ser *cuidadora* e *guardiã* dos *bens comuns* que compõem a grande casa da vida. A consciência da custódia de um mundo a todas as pessoas, foi o convite feito pelo papa Francisco na Carta Encíclica *Laudato Si'*, *sobre o cuidado da casa comum* (Francisco, 2015), e está no centro do caminho do movimento *The Economy of Francesco*², uma corrente internacional de economistas, pensadores, jovens agentes de mudanças sociais, empreendedores e outros profissionais engajados a partir do chamado do papa Francisco a “dar nova alma” às economias do presente e do futuro. Dentre os economistas de referência do movimento está o também filósofo, indiano, Amartya Sen, que em um argumento seu, compilado a partir da filosofia budista, postula que o *dever preservar* é inerente ao humano desde sua própria capacidade de consciência, assimetricamente oposta às das outras espécies vivas. A prática da custódia, fundamentada na *responsabilidade assimétrica* (Sen, 2010, p. 64) para o cuidado com os *bens comuns* e *intergeracionais*, pode responder à pergunta “*por que devemos preservar?*”, de Amartya Sen. Essa resposta está argumentada neste texto, em diálogo e consonância com as teorias de outros autores.

Félix Guattari, em sua obra *As três ecologias*, aproxima a filosofia dos desafios ecológicos de sua época. A sabedoria do *oikos*, para o filósofo e psicanalista francês, “é uma articulação ético-política — a que chamo *ecosofia* — entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana)” (Guattari, 1990, p. 8). A *ecosofia* de Guattari, do ponto de vista social, busca “desenvolver práticas específicas que tendam a modificar e a reinventar maneiras de ser no seio do casal, da família, do contexto urbano, do trabalho” (Guattari, 1990, p.15). No âmbito pessoal, referindo-se à mente humana, e ao inconsciente (*fantasma*) seu objetivo é “reinventar a relação do sujeito com o corpo, com o fantasma, com o tempo que passa, com os ‘mistérios’ da vida e da morte” (Guattari, 1990, p. 16). Do ponto de vista social, este modo de viver a sabedoria ecológica desafia as pessoas a um “movimento de múltiplas faces dando lugar a instâncias e dispositivos ao mesmo tempo analíticos e produtores de subjetividade” (Guattari, 1990, p. 54). Uma *ecofilosofia*, precisa ser produto e produtora de transformações a nível: pessoal, político e socioambiental; e não pode estar restrita aos filósofos, deve ser uma tarefa de

1 JC Modenesi - Geografares, 2021 - journals.openedition.org, A EcoFilosofia no pensamento de Heidegger e de Deleuze/Guattari. FA de Azevedo, MZ Valença - Revista Intertox de Toxicologia, 2008 - cms.codemix.com.br. Ecofilosofia: o despertar de uma era definitiva. RA SILVA - 1998 - btdt.ibict.br, Ecofilosofia: do antropocentrismo ao ecocentrismo. M. Giardina, Fundação Boticário de Preservação à natureza, Curitiba, 2008, Ecofilosofia. Un fenómeno paradigmático de la crisis ecológica actual: Catástrofes que invitan a pensar.

2 Mais informações sobre o movimento internacional da Economia de Francisco, acessar o seguinte sítio: <https://francescoeconomy.org/>

todas as pessoas em seus modos de vida. As relações de cuidado com as pessoas e os bens comuns acontecem por ações cotidianas, entrelaçadas às comunidades e aos territórios habitados, com os desafios inerentes a cada um.

Para nosso modo de ler uma *ecofilosofia* é pressuposto reconhecer as origens e implicações da ética *del buen vivir*, através de suas ideias, práticas e múltiplos movimentos políticos, o que já tem sido tarefa de muitos pensadores e ativistas. Portanto, conscientes da tarefa libertadora do modo crítico de leitura e produção da filosofia na América Latina, trata-se de conhecer e elucidar a *práxis* dos diversos modos de vida, desde o cuidado dos bens comuns da *casa*, guiados pela ética do *bem viver*. Hodiernamente é crescente a consciência de que é preciso cuidar da Terra, e dos modos de vida que cuidam da Terra. Portanto, é necessário apostar em um pensamento ecológico que concretize a *agroecologia* a partir das culturas das comunidades, em um processo que entrelace políticas públicas e ação socioambiental.

Entende-se a *agroecologia* como um conjunto de ações, partes de processos políticos desde a agricultura camponesa, para a realização da justiça socioambiental e de uma economia ecológica de escala curta, aproximando e reconstituindo os vínculos entre os campos, florestas, mares, rios, vilarejos, bairros e cidades. A *agroecologia* justifica-se como uma trajetória moral, intencional e fruto de uma *práxis* das classes camponesa e operária, a partir de suas trajetórias e realizações, caminhos de liberdade e *libertação*, com práticas de empreendimentos autogestionados, que trabalham por um desenvolvimento humano integral, além de econômico e político-social. Trata-se de um caminho de concretização da justiça porque conduz as pessoas, no encontro com a terra e com os povos da terra, ao reencontro consigo mesmas e com suas raízes. Essas realizações demonstram que quando atentas à natureza, as sociedades devem responsabilizar-se pela justa custódia e partilha dos bens comuns como condição de efetividade e equidade no caminho da segurança alimentar e nutricional nos seus territórios.

Esse é o fundamento de uma economia dos bens comuns, *ela não é uma utopia*³, porque já acontece na realidade de muitas comunidades, compostas por pessoas simples, em lugares pouco importantes, que cotidianamente trabalham⁴

3 Ainda do movimento da Economia de Francisco e Clara, como temos denominado aqui no Brasil, uma das frases marcantes, que destaca a primazia da ação, diz: “Nós nessa economia acreditamos. Não é uma utopia, porque já estamos construindo-a. E alguns de nós, em manhãs particularmente luminosas, já avistaram o início da terra prometida”. A palavra *utopia*, título da obra de Tomas Morus, é uma das palavras presentes no Pacto de Assis, disponível em: <https://francescoeconomy.org/pope-francis-pact-for-the-economy-with-young-people/>. Eduardo Suplicy (2022), quando destaca o papel dos movimentos populares nas lutas pela construção multicultural do Brasil, no contexto dos milenarismos, recorda que Antônio Conselheiro, guia do Arraial de Canudos, foi leitor do santo político inglês e procurou concretizar este idealismo político em sua comunidade.

4 Este movimento mundial de jovens convocados pelo papa Francisco, se inspira também em Santa Clara e São Francisco de Assis. Ele em seu Testamento afirma: “eu trabalhei com minhas mãos e quero trabalhar, e quero que todos os meus irmãos trabalhem”, acrescentando “pela dignidade própria do trabalho”(Fontes Franciscanas e Clarianas, 2014, p. 188-191). Esta dimensão comunitária, voluntária e profundamente franciscana do trabalho aproxima-se ao que no Brasil traduz-se no termo popular por *mutirão* e símbolo da reciprocidade no trabalho.

pelo *bem comum*⁵. Acontece que só é possível reconhecer esta economia dos *bens comuns* da *casa* à luz do *bem viver*, e existe uma linha tênue que diferencia *bem viver* e *mal viver*. Em muitos lugares nas periferias urbanas e rurais do mundo, especialmente nos casos que são documentados pelas denúncias dos movimentos de justiça ambiental (Alier, 2014), o *mal viver* vem sendo superado através das lutas pacíficas pelo bem viver, e pela resistência em seus lugares, seus modos de vida, seu cotidiano comunitário que têm valor absoluto. Ante o avanço da *monetização da natureza*, as comunidades humanas resistem, para poder seguir existindo em seus territórios.

A economia e o possível cuidado desta casa comum

Diante da inospitalidade do mundo e da crise do Capitaloceno (Moore, 2022), a proposta de fundamentar uma ecofilosofia para a ascensão de valores e virtudes civis vem ao encontro dos desafios da relação entre ética e economia no *mundo em comum* (Arendt, 2020) que vivemos, e cuja possibilidade de sustentabilidade da vida é única e insubstituível. A crise da vida na Terra, que passa por um ecocídio sem precedentes, é o contraposto real às alternativas da economia de mercado de que chegamos em um momento do estágio do capitalismo que respostas isoladas não são suficientes para mudar este modo de operar da economia de mercado. Para pôr em prática os compromissos assumidos nas grandes conferências internacionais em favor do ambiente, são necessárias respostas a nível local, que tenham o envolvimento das comunidades, através de estratégias educacionais participativas, de transformação humana e conseqüentemente com impactos socioambientais positivos.

Partimos da proposição de que uma *ecofilosofia* necessita estar centrada na questão dos *bens comuns da casa*, “*koinon*, aquilo que é comum a todos” (Arendt, 2020, p. 117), portanto do domínio público como lugar de *bem viver*. A *felicidade pública* (Bruni et al, 2021, p. 179) portanto de todas as pessoas, especialmente diante da crise ecológica, exige sobretudo a capacidade de pensar de modo global, e sentir desde as periferias, que outro mundo é possível “pensado e erguido democraticamente, com os pés fincados nos Direitos Humanos e nos Direitos da Natureza” (Acosta, 2016, p. 21). *Bem viver* é também traduzido do guarani *Tekoa*⁶ *Porã*, que significa literalmente aldeia boa. *Tekoa Porã* tem sentido a partir da disposição guarani de caminhar juntos rumo *Terra Sem Males* (Yvy Marãey), uma constante prontidão em sair de si para ser melhor. O princípio e o fim da *Tekoa Porã*, a aldeia boa, a *terra do bem viver*, é um caminho que podemos trilhar juntos, ou seja, com os sonhos e um horizonte em comum. A grande *Tekoa* da humanidade só pode ser reabilitada ecologicamente se considerar a diversidade de pessoas que trabalham pelo sonho de um futuro em comum.

5 Adquire uma especial relevância a obra de Francois Houtart. Cf: F. Houtart. *Dos bens comuns ao bem comum da humanidade*, Fundação Rosa Luxemburgo, Bruxelas, novembro de 2011.

6 Aldeia. Local onde vive o modo de ser *mbya guarani*. Lugar do onde se pode ser aquele que se é. (VERÁ, 2021, p. 123).

Este movimento de economistas busca inspiração nas origens da economia no mundo latino e, a partir do trabalho que Luigino Bruni e outros pensadores da economia têm realizado, encontra na *Economia Civil*, que tem suas raízes nas iniciativas nascidas desde a relação entre mendicantes e mercantes no mundo medieval, e que foi responsável por construir o humanismo renascentista. Esta escola surge em paralelo com a *Economia Política* no Reino Unido, e diferencia-se por estar alicerçada em torno da questão dos bens comuns como centralidade desta *práxis* econômica. Sobre o conceito de *economia civil*, que tem exercido um papel aglutinador entre as diferentes pesquisas dos membros de *The Economy of Francesco*, por isso é fundamental entendê-la:

A tradição da economia civil herda a filosofia aristotélica do bem comum, a tradição das virtudes cívicas romanas, passa pela experiência do monasticismo do Alto Medievo, pelas ordens mendicantes do Baixo Medievo (dominicanos e franciscanos), pelo Humanismo civil da primeira metade do século XV, em um certo senso (opositivo) também em relação à Contra -Reforma, até chegar à escola napolitana de Genovesi e àquela milanesa de Verri e Beccaria do século XVIII. Mas a tradição teve também um seguimento nos séculos XIX e XX, com autores católicos, liberais, socialistas (Bruni, 2021, p. 11, tradução nossa).

Reconhece-se e valoriza-se aqui a teoria da *Economia Civil* como um caminho alternativo à ideia corrente da economia de que a maximização do autointeresse está identificada à racionalidade. Ela traz elementos filosóficos importantes para o debate público: “*civil* está para *civitas*”, de modo que esta teoria “acrescenta à ciência econômica clássica palavras diferentes como: felicidade pública, virtudes civis, mútua assistência, confiança pública, busca intencional do bem comum” (Bruni, 2021, p. 11). Em coexistência com este estudo de uma economia meridiana, e com o intuito de relacionar seus argumentos e práticas como a necessidade da economia ecológica considerar os efeitos da crise climática, buscamos não tensionar, e sim mobilizar o diálogo entre os territórios e suas exigências de *governança*, considerando o incomensurável valor dos *bens comuns*. Estes conceitos podem ser lidos como partes importantes das categorias mobilizadas pela economia civil, e dialogam com os direitos das presentes e futuras gerações em sociedades hospitaleiras e felizes na casa comum.

Para preservar a beleza do que temos em comum, não apenas dos bens culturais, mas sobretudo daqueles bens naturais compartilhados, os territórios, que são anteriores e sucederão à cultura, precisamos reconhecer que milhares de pessoas já têm resistido e existido em tantos lugares, sujeitas às situações-limite da vida, cuja essência do *existir* é *resistir*. A afirmativa de que o todo é superior à simples soma de suas partes leva a considerar que toda proposição teórica acerca dos territórios, pela própria limitação da teoria, sempre deve estar acompanhada da observação político-social que a precede. O *bem viver* que propomos é a medida de valor para a ética socioambiental, ele se fundamenta na escuta do clamor daqueles que foram sistematicamente eliminados pela necropolítica colonial (MBEMBE, 2020), cujos testemunhos retratam não o *bem viver*, mas o *mal viver*

de quem há séculos vive em resistência. É o valor da vida, cuja gratuidade não exige a constância no agir bem.

A realização da justiça só é possível quando as injustiças são devidamente reparadas. Amartya Sen apresenta a máxima de realização da justiça em *A Ideia de Justiça* (2011) com um conceito de raiz tagoreana⁷, para compreender a resolução e mitigação das injustiças evidentes no mundo através da realização da justiça. A fundamentação desta proposição da justiça que se realiza está nos conceitos de *niti* e *nyaya*, sendo *niti* um conceito de justiça institucionalizada e burocrática; e *nyaya* a realização da justiça, comparada em sua fluidez e dinâmica a um rio que emerge, realiza-se. A mesma imagem oriental do rio da justiça simboliza a sua perversão: *matsyanyaya*, que significa literalmente “justiça do mundo dos peixes”, os seres menos cientes, portanto irresponsáveis (SEN, 2011, p. 50). A perversão da justiça é quando aquele mundo no qual ela deveria emergir e realizar-se torna-se um mundo sem lei, onde um peixe maior pode engolir outro peixe menor sem maiores consequências, onde o *mal viver* não permite que exista o *bem viver*.

Ao afirmar que é possível efetivar processos de justiça reduzindo as injustiças que tolhem as capacidades das pessoas realizarem suas liberdades e seus objetivos, poderemos estar reconhecendo, à guisa de Sen, que os argumentos propostos pelos movimentos por *direitos socioambientais*, fundamentais ao *bem viver*, formam a *alma* do *humanismo solidário* e valores a realizarem-se, porque expressam modos genuínos da liberdade humana. Uma contribuição de Humberto Maturana, em uma compilação de escritos chamada *A ontologia da realidade* (1997) ajuda-nos a pôr crédito na capacidade humana de construção e reconstrução de suas próprias sociedades, porque no centro da vida está a cooperação social:

A história mostra que cada vez que há enormes destruições, e fracassos, e cataclismos, ou danos que como seres humanos infringimos uns aos outros, como as guerras, quando se acaba essa loucura da destruição, o que aflora, sempre, é o amor (Maturana, 1997, p. 44).

Por entre vicissitudes históricas floresceram inúmeros exemplos de economias fundamentadas na paz e no cuidado com os comuns, especialmente nas comunidades autogestionadas, ao longo da história. A custódia dos comuns foi um dos grandes pilares econômicos das primeiras comunidades do budismo, do cristianismo, dos posteriores mosteiros medievais, e hoje é possível encontrar pessoas dispostas a doar a sua vida por causas relacionadas à comunidade, à terra, ao território, à água, às florestas. A reciprocidade e a solidariedade entre pessoas simples é um fenômeno presente nas frequentes crises sanitárias, de segurança alimentar, ou mesmo de desastres dolosos em ambientes naturais. Quando a produção de alimentos acontece em comunidade está presente a partilha, por isso que a segurança alimentar e nutricional das pessoas, hoje, depende não só de políticas públicas pela capacitação de pessoas, que construam economias de escala curta desde a *agroecologia*.

7 Rabindranath Tagore, poeta e dramaturgo indiano, foi professor e amigo do pai de Amartya Kumar Sen.

Filosofia política e governanças

Em “*Porque devemos preservar a coruja pintada*”, artigo em que Amartya Sen vincula o *dever preservar*, cuidar, ou custodiar, pelo argumento da *responsabilidade assimétrica*, às razões que justificam a preservação e o cuidado do ambiente, enquanto comunidade de vida. Esta argumentação está próxima à tarefa de relacionar ética e economia (Sen 1991), e abre possibilidades para ampliar a discussão acerca dos *bens comuns* a partir de metodologias comparativas (Sen, 2010; 2011; 2015), a considerar e buscar entender as dinâmicas internas das instituições e dos sujeitos envolvidos em uma produção mais sustentável e biodiversa de alimentos, através do associativismo comunitário, por exemplo. Ao comparar-se experiências históricas que se apresentam paradigmáticas, graças à vivência de práticas econômicas justas, é possível apresentar distintas razões aos fundamentos da política, e efetivamente propor e justificar virtudes civis como: equidade, participação, razoabilidade argumentativa, cuidado e justiça, com vistas ao *bem viver*, à *felicidade pública*.

Quando Friedrich Nietzsche, em *Gaia Ciência*, sente-se ferido pela moral da sociedade de sua época, vai até o centro do mercado, à luz do dia, com uma lanterna acesa a procurar “um homem verdadeiro”, ele também proclama a verdade do seu século: “‘Para onde foi Deus’, gritou ele, ‘já lhes direi! Nós o matamos – vocês e eu. Somos todos seus assassinos!’”. Esse grito assemelha-se a um pedido de socorro, através do qual o filósofo niilista exclama a sua constatação do completo afastamento entre ética e economia. Era uma percepção tanto do afastamento do cristianismo de sua época da própria mensagem do Nazareno, quanto uma alegoria sobre o mercado, capaz de ter matado todos os valores originalmente nascidos com o cristianismo no Ocidente, e Nietzsche teve razão sobre isso: o afastamento abissal entre a ética cristã e a economia na época apontava sinais da morte da própria moralidade. O desejo de conhecer a verdade sobre os valores é um convite a reconhecer a capacidade de fazer surgir novos valores, escreve Prinz sobre a natureza do bem:

O bem é aquele que nós reconhecemos enquanto bem. [...] O “nós”, aqui, refere-se a uma pessoa apresentando um argumento moral e o grupo cultural com o qual aquele indivíduo se afilia. Se o bem é aquilo que reconhecemos como bem, então conseguimos descobrir quais são nossas obrigações ao entender com quais crenças morais estamos comprometidos. Descobrir o que acreditamos sobre a moralidade é uma tarefa descritiva por excelência, e que podemos buscar empiricamente com sucesso. Assim, ética normativa pode ser acordada pelas ciências sociais (Prinz, 2022, p. 20).

Se a reciprocidade na coletividade é um fundamento da boa economia, só será possível empreender a tarefa de dar voz à aproximação entre ética e economia, escutando experiências nos lugares onde governanças participativas e valorativas de bem viver já transformam a economia. Somente “um corpo morto segue a correnteza, é necessário estar vivo para contrariá-la”, disse certa vez Gilbert Keith Chesterton⁸. Se são possíveis

8 O autor britânico foi citado indiretamente pelas Comunidades Eclesiais de Base, através de do bispo Gabriel Marchesi (*Apud* Werlang, G., 2023). Disponível em: <http://revista.olutador>.

caminhos para vencer o *antropoceno* no mundo e o *capitaloceno* nos seres humanos, estas experiências além de concretizarem uma *economia* participativa, motivam novos projetos. Construir *novas economias* exige ir além da predeterminação dos valores, e buscar seus propósitos e consequências no processo histórico de sua construção teórica, ao encontro da verdade sobre os princípios éticos. Concluímos esta aproximação com Nietzsche apresentando um excerto de seu texto sobre o *Niilismo europeu*, ratificando os fundamentos humanos dos propósitos:

Cada traço característico fundamental, que subjaz a cada acontecimento, que se expressa em cada acontecimento, se fosse sentido por um indivíduo como seu traço característico fundamental, deveria impelir esse indivíduo a aprovar triunfalmente cada instante da existência universal. Tratar-se-ia justamente de sentir em si como bom e valioso esse traço característico fundamental, com prazer. (Nietzsche, 8) O valor dessa crise é que ela purifica [...] que ela aponta tarefas comuns aos homens de modos de pensar opostos” (Nietzsche, 14).

Se, para Nietzsche, a crise nos aponta tarefas *comuns*, embora vivamos entre pessoas de pensamentos opostos, cabe a uma *ecofilosofia* da superação do *antropoceno* buscar não só o diálogo, mas *sonhos* e *horizontes* em comum entre todas as pessoas. Entretanto, isso é uma tarefa um tanto difícil quando o lucro domina a economia internacional e poder político nos territórios, concentra-se na mão dos latifúndios, provindos de terras griladas nas fronteiras agrícolas, como nos recentes casos brasileiros, por exemplo⁹. Hannah Arendt (2020) em *A Condição Humana*, apresenta o *domínio público* com a afirmativa de vivermos “em um mundo comum”, e que o que há de humano neste mundo não nos é estranho, nem nos pode causar estranheza, antes deve aproximar-nos. Tanto os bens culturais, materiais e imateriais, quanto os bens da natureza, já estavam dados antes desta geração nascer, e aí permanecerão depois que estas pessoas deixarem de existir. O *mundo em comum* precede e sucede às pessoas, que somos ao mesmo tempo moldados por ele e responsáveis por moldá-lo. O domínio público é o lugar da *ecofilosofia* porque é o lugar capaz de acolher o nascimento de novos valores, imanentes à vida e direcionados para o seu horizonte futuro:

esse ambiente, o mundo no qual nascemos, não existiria sem a atividade humana que o produziu, como no caso de coisas fabricadas; que dele cuida, como no caso das terras de cultivo; ou que o estabeleceu por meio da

org.br/noticia/deixar-se-levar-pelas-ondas-ou-assumir-o-leme-da-vida-e-da-fe-24072023-142522?fbclid=IwARoiX-zwLjtrZnCwUUH-3cN5DZYiD5Wl_2uZ-wk83o8IaoxLleyMUE71QQc

9 América Latina é a região mais perigosa do planeta para ativistas ambientais, aponta Global Witness, cuja principal fonte de pesquisa são os dados do Caderno de Conflitos no Campo, edição anual da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Por DEUTSCHE WELLE: 10.09.2024 12H45. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/brasil-e-o-segundo-pais-que-mais-mata-ambientalistas/> Acessado em 19 de setembro de 2024. Esse avanço da fronteira agrícola e da privatização dos bens comuns, tornou o Brasil o segundo país do mundo onde mais se assassina líderes ecologistas, na grande maioria deles são indígenas.

organização, como no caso do corpo político. Nenhuma vida humana, nem mesmo a vida do eremita em meio à natureza selvagem, é possível sem um mundo que, direta ou indiretamente, testemunhe a presença de outros seres humanos (Arendt, 2020, p. 91).

A ação humana transforma a natureza intrinsecamente ao fato de habitá-la, porém, através da ciência moderna, a humanidade afastou-se da consciência de ser também condicionada pela natureza. O grande conceito de *bens comuns*, aparece na economia contemporânea como um conceito-chave e gerador de reflexões oportunas para discutir os fundamentos da economia ecológica, relacionados ao dever humano de exercer a custódia do mundo habitado, realizando a justiça, na medida em que solucionam-se as injustiças. Aqui são também importantes algumas considerações de Enrique Dussel, que foi uma voz *sentinela* desde a América Latina. Para o filósofo argentino radicado no México, este lugar esquecido do sul global, portanto este *não-ser* na economia de mercado, estes e outros *não-lugares*, as *periferias*, são a condição material de existência da globalização da economia, junto a tantos outros territórios espoliados e responsáveis pela materialidade do desenvolvimento mundial através dos empreendimentos coloniais e extrativistas. Para Dussel é necessário considerar todas as pessoas, porque em uma ética do *bem viver* a justiça é a realização plena da vida:

o “bem” é um momento do próprio sujeito humano; é um modo de realidade pelo qual sua vida *humana* encontra-se plenamente realizada segundo os pressupostos da própria realidade humana: é uma obra fruto do autorreconhecimento, autorresponsabilidade, autonomia, portanto comunitária, tendo alcançado validade intersubjetiva (com acordo monológico da *fronesis* própria), motivada pela ordem pulsional reprodutiva (que pode derivar em “impulsos de morte”) e inovadora (princípio do prazer ou do “desejo metafísico”), mas que poderia ser resumida em seu momento especificamente ético e crítico: o “bem supremo” - que mede todo outro bem - é a *plena reprodução* da vida humana das vítimas. Plena reprodução que significa que o faminto come, o nu se veste, o sem-teto habita, o analfabeto escreve, o sofredor se alegra, o oprimido é igual a todos, o que usa o tempo para viver mal tem tempo livre; quando a vítima pode contemplar a beleza, viver suas tradições, dançar seus valores... ser plenamente humano nos níveis superiores das criações espirituais da humanidade. Numa palavra: a vítima de ontem pode festejar reconhecida e responsabilmente a corporalidade comunitária da comunidade feliz (Dussel, 2012, p. 570).

Essa compreensão de *bem* permite entender estender a reflexão da *Ética da Libertação*, à ecologia, à economia, desfazendo ilusão de uma natureza desabitada, e ampliando a reflexão para que as novas gerações compreendam que as sociedades e culturas que habitam a casa comum, todos, somos parte da natureza. Afinal, “numa visão ecológica, tudo o que existe coexiste” (Boff, 1996, p. 15). É justo, na concretização dessa coexistência,

pensar e propor *economias do cuidado* com os *bens comuns*, o que implica também o praticar uma *ecologia integral* desde o *bem viver*. Quando Joan Martínez Alier (2014), economista e cientista político catalão, professor da Universidade Autônoma de Barcelona, denomina estes incontáveis grupos populares que se organizam em torno a temas reais, urgentes no cuidado com a *casa comum*, ele os chama de *O Ecologismo dos Pobres*, ou *Movimento de Justiça Socioambiental*. O termo *ecologismo* da *livelihood* também é utilizado:

O ecologismo dos pobres, o ecologismo popular, a ecologia da sobrevivência e do sustento, a ecologia da libertação e o movimento pela justiça ambiental (local e global), que são diferentes nomes para um mesmo fenômeno, surgem dos protestos contra a apropriação estatal ou privada dos recursos ambientais comunitários e contra o fardo desproporcional de contaminação. (Alier, 2014, p. 355 e 356)

É interessante demorar-se ainda em um reconhecimento de governança e ética, que representa uma releitura genuína da história gaúcha através da luta pela ecologia, no coração de Porto Alegre. Em termos de memória, foi, no âmbito particular, um marco, porque cresci em uma família com visões políticas distintas, e opiniões diversas àquilo que foi na época a “resistência local desde 1998 no Rio Grande do Sul contra a soja transgênica”. Lembro de meu avô materno, que era um ecologista, comentar comigo da importância daquele fato político “o governo estadual proibiu a semeadura da soja transgênica da Monsanto”. Desde a obra do ecologista catalão, esse evento vem à tona em um “estado marcado por forte sentido identitário”, e certamente os diálogos entre os ativistas regionais de então, que não só estudavam, mas praticavam a ecologia, e o fato de que “Porto Alegre conta com uma longa tradição de ambientalismo datada do início dos anos 1970 com a atuação de José Lutzenberger”, que deixou um legado importante para a releitura da crise hoje.

Se o papel do pensamento político é o de promover a consciência civil e cidadã, devemos reconhecer a importância do debate levantado pelos *movimentos sociais* que, desde este território alertavam sobre “os riscos ambientais e de saúde pela introdução dos cultivos transgênicos”, além dos danos culturais irreversíveis ocasionados pela “perda de soberania sobre a produção de sementes” (Alier, 2014, p. 322 e 323). Hoje, na resposta à crise ambiental e sanitária, temas como a função social da propriedade privada o direito à água potável e ao ar limpo, a um ambiente saudável e seguro, à saúde, educação, lazer e à capacitação para agir livre e conscientemente, voltam à centralidade no debate público e precisam de respostas corajosas. Reformas políticas e institucionais são necessárias, e sempre devem vir acompanhadas da transparências, da centralidade das pessoas nas políticas públicas, no acesso aos bens comuns, como à cidade, aos mercados diversos e saudáveis, a poder ser pessoa realmente livre, consciente e responsável de sua ação socioambiental e cidadã.

A experiência dos Fóruns Sociais Mundiais também está entre os acontecimentos protagonizados pelos Movimentos por Justiça Socioambiental, o que torna tudo isso um

tanto paradigmático, depois que a crise ambiental passa atingir não só Porto Alegre, mas a maior parte das cidades do Estado em uma sequência de cheias decorrentes de chuvas torrenciais entre setembro de 2023 e maio de 2024. Além das políticas públicas pela superação da crise, muitas outras iniciativas de pessoas ou grupos organizados, de toda a sociedade civil, têm se esforçado a repensar e reconstruir, para regenerar tanto a *economia civil*, quanto a *biodiversidade* do território. A experiência cultural de nosso território tem muitas histórias de miscigenação e colonização, a primeira delas, como parte do domínio paraguaio, foi a *República dos Guaranis* (1610 - 1756). A *custódia dos comuns* foi fundamental para aquela experiência civil: as terras, as edificações, os frutos da terra, tudo era repartido de forma coletiva. A *fraternidade* estava inscrita na própria constituição daquela sociedade, de modo que a paz social unia famílias, em muitos casos de etnias diferentes, sob uma mesma *comunidade*. Os artefatos pessoais, chamados *abambaé*, tinham uma função estritamente instrumental, pois permaneciam ligados ao trabalho, à caça, à coleta e ao cultivo da terra. A terra, no entanto, era *Tupambaé*, propriedade de Tupã, e todos deviam cuidá-la:

De uma ponta a outra de sua história, a República Guarani viveu sob o regime de propriedade comum das terras. A propriedade individual do solo nunca se concretizou em parte alguma do seu território. Comprar, vender, alugar ou legar a mais modesta porção de terra, utilizar o trabalho de outrem para benefício e lucro próprio, transformar o solo em instrumento de dominação ou exploração do homem pelo homem, são tantas outras operações que se mantiveram desconhecidas até o fim. (LUGON, 1977, p. 182)

O papel das governanças democráticas e participativas na construção de sociedades onde as pessoas e o cuidado da *casa comum* estejam no centro precisa ter a força de legislar pela *destinação universal dos bens comuns*. Em suas diversidades os territórios guardam histórias das vidas de suas pessoas, que formam parte do seu *imaginário* coletivo, de suas histórias compartilhadas. Por mais duro ou difícil que seja entender o histórico de um território, é o desafio comum a todos aqueles que vivem nele. As reflexões sobre o presente e o futuro exigem o diálogo entre as pessoas que compõem a *sociedade civil* de um território, portanto, uma *ecofilosofia* deve consequentemente construir *ecopolíticas*, porque não encerra-se na reflexão teórica, mas é uma teoria aberta às externalidades da economia, que são as próprias pessoas, seus territórios e os biomas que os formam. Esse compromisso está associado à relação entre teoria e *vida*, ou seja, entre aquilo que escrevemos, postulamos e propomos, e a realidade *geopolítica* em que vivemos, e na qual devemos atuar como cidadãos.

Conclusão

Este texto apresenta alguns pontos de autores cujas teorias interessam-se pelos bens comuns, com a intenção de estabelecer uma “conexão entre a ecologia política, definida como o estudo dos conflitos ecológicos, e a economia ecológica”. Inspirados

nesta proposição de Martínez Alier, podemos ratificar que “conflitos ecológicos distributivos fortes podem promover sustentabilidade,” (Alier, 2014, p. 356), e motivar a reflexão acerca das agendas políticas de Estado em relação à agricultura, à indústria, à mineração, ao modelo energético, bem como ao descaso com saneamento, planejamento de segurança habitacional e mobilidade urbana. Além do mais, as economias extrativistas, empreendimentos da colonização, no sul global, são economias marcadas por um passado fortemente escravagista que constantemente aparece velado sob as diversas formas de racismo, estrutural, histórico, e como vem sendo atualmente denominado, o *racismo ecológico*. É preciso trabalhar por teorias e práticas que considerem todas as pessoas e que superem todo o tipo de opressão.

Apesar dos ataques midiáticos, econômicos e jurídicos que o avanço das fronteiras agrícolas de monocultura segue perpetrando contra as comunidades tradicionais em seus territórios, ou na retomada deles, ainda existem muitas pessoas simples, em lugares pouco conhecidos, que continuam existindo, resistindo e cuidando de preservar modos de vida que cuidam da casa comum e não a devastam. É sobre a ética dessas pessoas imprescindíveis e suas lutas que pensar uma ecofilosofia é acreditar na reconstituição da justiça para com a terra e para com os filhos da terra. Satisfazer a necessidade alimentar do mundo, ao mesmo tempo em que se trabalha para eliminar as desigualdades, é condição necessária para um desenvolvimento humano integral, e as respostas não são simples. Por isso, colocar os avanços alcançados pelas tecnologias ao alcance de todos, através de políticas públicas de acesso e capacitação, desde as pessoas, suas comunidades e territórios, é um desafio constante que está para além das reflexões teóricas.

A centralidade das pessoas é um dos fundamentos que dialogam com a teoria de Amartya Sen e, nos contextos latinoamericanos, é um desafio ao reconhecimento de que os processos históricos estão condicionados por ações políticas de pessoas organizadas. A primazia de processos democráticos e uma escuta atenta das pessoas nas ações de governança são caminhos possíveis para que os *bens comuns* tenham a atenção que merecem nas agendas dos governos nos países. O pensamento ecológico é inerentemente prático porque trabalha a partir de realidades, buscando conhecê-las, preservá-las, e também transformá-las, portanto, propor teorias abertas é o desafio deste e de outros trabalhos que conjuntamente produzimos, porque não é possível à academia fechar seus discursos em si mesma.

Na extensão dessa reflexão, torna-se um caminho a escuta dos imaginários das comunidades na construção de outros mundos possíveis. O trabalho de recolher, sistematizar e transmitir o capital narrativo das comunidades no trabalho pela defesa de seus territórios vem ao encontro da necessidade de desenvolver economias que considerem a vida das pessoas e sua capacidade de exercer sua liberdade e viver seus valores. A própria prática da liberdade para viver modos de vida e valores de reciprocidade já é reconhecimento de que existem caminhos possíveis para que a economia pós-capitalista tenha o rosto das utopias anticapitalistas que são tecidas pelas lutas coletivas dos *Movimentos de Justiça Socioambiental*. Para isso, é preciso radicalizar ainda mais nossos sonhos em comum, porque não é possível às sociedades do presente e do futuro praticar novas economias sem buscarem um propósito que devolva-lhes o sentido de seu viver associado.

É um desafio que hoje surge como não só uma saída em comum, mas como uma saída de caráter unificador de todas as iniciativas pelo bem comum. Por isso, uma ecofilosofia ser escrita tendo a polifonia de muitas vozes, línguas e ritmos, assim como são tecidas as realidades das periferias do mundo. Naqueles lugares pequenos e pouco importantes, quando há um professor com a capacidade de fazer perguntas sobre o propósito da existência, encantar um grupo de crianças e despertar nelas a capacidade de sonhar juntas, ali está a nascer uma filosofia libertadora e capaz de cuidar da Terra que foi chamada de mãe e irmã por São Francisco de Assis, que segue sendo a grande mãe, *Pachamama*, dos povos originários de nossa América Latina. Assim como a diversidade das cores dos tecidos andinos, a ecofilosofia deve ser construída pela diversidade de pensamentos e práticas que cuidam da vida.

Referências

- ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- ALIER, Joan Martínez. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. Tradução de Maurício Waldman. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo; revisão técnica e apresentação Adriano Correia. – 13. ed. rev. – [Reimpr.]. – Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2020. Recurso eletrônico.
- BOFF, Leonardo. *Ecologia, Mundialização, Espiritualidade*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- BOFF, Leonardo. *Habitar a Terra: qual o caminho para a fraternidade universal?* Petrópolis: Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2022.
- BRUNI, Luigino; ZAMAGNI, Stefano. *Economia Civil: eficiência, equidade, felicidade pública*. Tradução de Durval Cordas. Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2010.
- BRUNI, Luigino; SANTORI, Paolo; ZAMAGNI, Stefano. *Lezioni di storia del pensiero economico: un percorso dall'antichità al Novecento*. Roma, Città Nuova, 2021.
- BRUNI, Luigino. *Capitalismo meridiano, alle radici dello spirito mercantile tra religione e profitto*. Bologna, Il Mulino, 2022.
- CECCHIN, Matilde; CECCHIN, Antônio (org.). *Oitavo Povo das Missões: além da reciclagem (no feminino)*. Porto Alegre: Libretos, 2015.
- DIAS, Alexandre Pessoa; [et al]. *Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Expressão Popular : Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.
- DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação: Na idade da globalização e da exclusão*. Tradução de Ephraim Alves, Jaime Clasen, Lúcia Orth. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- FONTES FRANCISCANAS. Apresentação de Sergio M. Dal Moro. Tradução de Celso
-

- Márcio Teixeira [et. al.] 3. ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 2014.
- FRANCISCO, Papa. *Carta encíclica Laudato Si'*: sobre o cuidado da casa comum. Roma: Tipografia Vaticana, 2015.
- FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Fratelli Tutti*: sobre a fraternidade e a amizade social. Brasília, Edições CNBB, 2020.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 67. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 1. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2021.
- GIARDINA, M. *Ecofilosofia*. Un fenómeno paradigmático de la crisis ecológica actual: Catástrofes que invitan a pensar. Fundação Boticário de Preservação à natureza, Curitiba, 2008.
- GIRAUD, Gaël. *Transizione ecologica, la finanza a servizio della nuova frontiera dell'economia*. Verona: EMI - Editrice Missionaria Italiana, 2015.
- GIRAUD, Gaël. *Princípios da Economia de Francisco*. Georgetown University, 2021. Disponível em: <https://environmentaljustice.georgetown.edu/economy-of-francesco/>
- KRENAK, Ailton. *Caminhos para a cultura do bem viver* [recurso eletrônico]. Organização de Bruno Maia. Rio de Janeiro, Conexão, 2020.
- KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. Pesquisa e organização Rita Carelli. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- LUGON, Clovis. *A República "comunista" cristã dos guaranis: 1610-1768*. Tradução de Álvaro Cabral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- LUGON, Clovis. *A República Guarani*. Tradução de Alcy Cheuyche. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MATURANA, Humberto. *A ontologia da realidade*. Humberto Maturana; Cristina Magro, Miriam Graciano e Nelson Vaz: organizadores. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.
- MATURANA, Humberto. *Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano do patriarcado à democracia*. Humberto Maturana, Gerda Verden-Zöller. Tradução de Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athenas, 2004.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica, biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. 7ª reimpressão. São Paulo: n-1 edições, 2020.
- MOORE, Jason W. (org.). *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. Tradução de Antônio Xerxenesky, Fernando Silva e Silva. São Paulo, Elefante, 2022.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Digitale Kritische Gesamtausgabe von Nietzsches Werken und Briefen* (eKGWB). Organizada por Paolo D'Iorio e publicada pela Nietzsche Source.
-

Edição eletrônica: <http://www.nietzschesource.org/#eKGWB>. [Tradução ao Português de Clademir Araldi]

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm, 1844-1900. *A gaia ciência* / Friedrich Wilhelm Nietzsche ; tradução Paulo César de Souza. — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PETERSEN, Paulo; [et al]. *LUME: método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas*. Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura familiar e agroecologia, 2021.

PRINZ, Jesse J. *A construção emocional da moral*. Editora Fundação Fênix, Porto Alegre, 2022. [Recurso Digital]

ROZZONI, Stefano; LIMATA, Plinio [edd.]. *The Economy of Francesco*, un glossario per riparare il linguaggio dell'economia. Introduzione di Stefano Zamagni. Roma, Città Nuova Editrice, 2022.

SEN, Amartya. *Sobre ética e economia*. Tradução de Laura Teixeira Motta. 5ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Tradução e apresentação de Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. 4ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. Tradução de Bernardo Ajzenberg, Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. *A ideia de justiça*. Tradução de Denise Bottmann, Ricardo Doninelli Mendes. 4ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEN, Amartya. *Identidade e violência: A ilusão do destino*. Tradução de José Antonio Arantes. São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2015.

SINGER, Paul. *A crise do "milagre", interpretação crítica da economia brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SMERILLI, Alessandra. *Donna Economia*, dalla crisi a una nuova stagione di speranza. Milano, San Paolo, 2020.

SMERILLI, Alessandra. *Il nostro pane quotidiano*, per un'economia solidale e sostenibile. Milano, Edizioni San Paolo, 2021.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. *Renda de cidadania: a saída é pela porta*. São Paulo: Cortez: Editora Fundação Perseu Abramo, 2022.

VERÁ, José. *Nhemombaraete Reki Rã'i: fortalecendo a sabedoria*. Ilustrações do autor e tradução de Francisco Moreira Alves e Gerônimo Morinico Franco. Maquiné, RS, Riacho, 2021.